

Simbologias Do Mal: o crack e as mulheres na cobertura midiática ¹

Lúcia Lamounier Sena ²

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, MG

Resumo: *a proposta do artigo é apresentar a problematização de uma pesquisa em curso cuja indagação central diz respeito à forma como o sistema midiático comportou, e até mesmo produziu, um entrecruzamento de intenções políticas e comunicativas diversas, que se construíram na partilha de um tipo de informação e abordagem sobre o fenômeno das mulheres e o Crack. O estudo abarca os principais jornais de circulação nacional durante os anos 2000. Neste recorte temporal de longa duração, investiga-se as possíveis relações entre as normas de gênero e o sistema mídia, como constituidores de uma memória desse fenômeno como uma simbologia do mal.*

Palavras-Chave: *Gênero. Mídia Impressa. Crack*

Introdução

O presente artigo tem como proposta apresentar os parâmetros de uma pesquisa que toma como referência o sistema mídia como uma tecnologia de gênero para análise da cobertura jornalística brasileira acerca da participação das mulheres no uso e comercialização do crack. Esta proposta se coloca como uma continuidade de uma pesquisa finalizada em 2018 – Tecnologias de Gênero: Sistema Mídia e Mercado Ilegal de Drogas – financiado pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa – FIP PUC Minas/CNPQ. A pesquisa insere-se também como uma parte dos estudos do grupo de pesquisa do CNPQ Mídia e Memória, linha de pesquisa Simbologias do Mal.

Em estudo anterior (SENA, 2012;2017) demonstrei que o tráfico de drogas é fenômeno que se tornou uma forte experiência social, desde o início dos anos 2000. Apresentado através da ampliação das taxas de homicídio, dos níveis de encarceramento juvenil e recentemente no aumento das taxas de encarceramento feminino devido ao tráfico

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Ciências Sociais, Mestre em Comunicação Social. Docente e coordenadora do Centro de Pesquisa em Comunicação da Faculdade de Comunicação e Artes da PUC Minas. Membro do grupo do CNPQ Mídia e Memória na linha de pesquisa “Simbologias do Mal na Mídia e Memória do Crime e da Violência”. llsena.bh65@gmail.com

de drogas esse tema nos foi pautado, principalmente, através dos circuitos midiáticos de massa.

No que diz respeito ao fenômeno do Crack, desde o final dos de 1990 até o período recente, a cobertura na mídia impressa, mostrou-se como uma importante fonte produtora e disponibilizadora de sentidos sobre esse fenômeno. O termo crackolândia, por exemplo, passou a ser de domínio público nas várias capitais brasileiras para referenciar um fenômeno cuja origem e especificidade diz respeito originariamente ao território de São Paulo.

No que diz respeito à participação das mulheres seja no consumo ou na comercialização do crack há uma importante participação da cobertura jornalística em uma construção discursiva que se tornou hegemônica no debate que se seguiu em arenas políticas e sociais das mais variadas nuances. Perpassando pelos campos político, médico, policial, assistencial e religioso houve uma profusão de abordagens apropriadas pela narrativa midiática que se tornaram centrais no fornecimento de material simbólico e discursivo sobre o tema.

A vinculação do crack a uma espécie de simbologia absoluta do mal, da degeneração e do perigo, para além dos sujeitos sociais implicados nessa questão, se desenrola em um contexto mais amplo, de ampliação das taxas de encarceramento feminino, devido ao crime do tráfico de drogas, estipulado pela Lei 11343/2006. Em 2016 o Brasil ocupava a 4ª. posição no ranking dos países com as maiores populações carcerárias mundiais, estando atrás dos EUA, China e Rússia. Em 2018 o número de pessoas encarceradas era de 726.700, o que significa 335 pessoas presas por 100.000 habitantes. Dos 85,39% que cumpriam a pena de condenação, sendo 28,5% pela legislação específica crime do tráfico de drogas. No caso das mulheres esse percentual é de 62%.

Na pesquisa que dá continuidade a esta, finalizada em 2018, a análise sobre a cobertura da mídia impressa mineira em relação às mulheres no tráfico de drogas sinalizou uma abordagem midiática que referenda um suposto “papel” feminino desviante. Tratadas como mães, donas de casa, associadas aos mercados ilegais de drogas em nome do amor, entre outras construções discursivas, o material de pesquisa revelou que há uma forte vitimização e/ou culpabilização das mulheres pelas supostas essencialidades das normas de gênero transgredidas.

Nesse sentido, a proposta desse artigo é apresentar a problematização de uma pesquisa em curso cuja indagação central diz respeito à forma como o sistema midiático comportou, e até mesmo produziu, um entrecruzamento de intenções políticas e comunicativas diversas, que se construíram na partilha de um tipo de informação e abordagem sobre o fenômeno das mulheres e o Crack. E de que forma, num recorte temporal de longa duração, esse fenômeno revela uma forte associação entre as normas de gênero e o sistema mídia, como constituidores de uma memória desse fenômeno como uma simbologia do mal?

Para tanto, o artigo se divide em duas partes. Na primeira apresentamos o referencial teórico em que cruzamos o fenômeno do tráfico de drogas, do crack e das mulheres, recortados por uma linha temporal de estudos. Na segunda parte apresentamos uma discussão sobre o gênero buscamos apresentar um referencial teórico e metodológico para a análise da abordagem jornalística e para o mapeamento de possíveis derivações de produtos de cultura que, também no período que abarca a pesquisa, colaboraram no engendramento “da simbologia feminina do mal” implicado no fenômeno do crack.

Panorama das Abordagens mulher e tráfico de drogas

As condições de violência e marginalização vivenciadas pelas mulheres no Brasil tornaram-se objeto de estudo reconhecido e valorizado. No que tange à violência de gênero os estudos têm sido direcionadores tanto das políticas públicas quanto das pautas midiáticas que, inclusive, têm contribuído para a construção de um valor social que rejeita a violência contra as mulheres. No entanto, as situações de transgressão feminina permanecem sendo são tratadas como situações eventuais ou como fruto das agruras femininas vivenciadas ao longo das trajetórias de vida (SENA, 2015).

No caso do tráfico de drogas as abordagens, com muita frequência, problematizam a submissão às agruras dos amores bandidos, ou analisadas das associações das mulheres aos parceiros ou filhos. Frequentemente, a agência feminina é entendida como decorrente de uma essência, essa sim, protagonista das ações.

Na 2ª. onda do campo teórico feminista, a perspectiva sobre o crime e as mulheres debruçou-se sobre uma polêmica em que as diferenças hierárquicas definidas pelo sistema gênero apresentava seus primeiros indícios de ruptura. Essa tendência foi mapeada tendo em vista a ampliação da participação das mulheres na criminalidade, no cenário norte americano. O estudo baseado na abordagem midiática dos EUA foi uma referência desse suposto “boom criminal” (ADLER, 1975). Amplamente refutado por dados estatísticos (STEFFENSMEIER, 1996; STEFFENSMEIER; CLARCK 1980; CHESNEY-LIND, 1986; PARENT, 1992), essa polêmica apresentava um norte comum: a despeito das dimensões sociais e culturais que definem as normas de gênero há um padrão de ação definidor (variável explicativa) dos comportamentos e tipificações criminais das mulheres.

O pressuposto de um padrão indicativo de uma essencialidade conformada pelas normas de gênero foi um sustentáculo das análises sobre a ação das mulheres em dinâmicas criminais. Assim, a ausência das mulheres nos cenários da criminalidade violenta tinha como fonte explicativa as próprias normas socializadoras de gênero com suas prescrições morais, inclusive das moralidades do crime, que por sua vez estipulavam ações afeitas aos homens e às mulheres (STEFFENSMEIER; ALLAN, 1996).

No âmbito da Europa e EUA, em meados da década de 1990, as abordagens sobre gênero e criminalidade apresentaram um cenário específico de análise. Essa mudança foi devida às alterações que os mercados ilegais de drogas passaram a vivenciar com o desmonte

dos padrões industriais clássico e diminuição dos postos de trabalho juvenis masculinos; com a ampliação das mortes violentas entre os jovens e o encarceramento em massa dos pobres e grupos étnicos segregados. Nesse cenário uma nova droga sobressaía-se como “vilã”: o crack. Junto com essa droga a presença feminina nos mercados de varejo se fez sentir como um dos agravantes dos contextos em que essa drogas se fez presente (BOURGOIS, 1989; FAGAN, 1994; JACOBS, 1999; MAHER, 1997, WACQUANT, 2008).

No Brasil, juntamente com a chegada do crack nos circuitos de comercialização do varejo de drogas a partir do início dos anos 2000, vivenciou-se, também, a ampliação da população encarcerada como um fenômeno produzido nos marcos a Lei 11343/2006. A partir desse período o Brasil passou a ocupar a cena do encarceramento em massa. Atualmente, as mulheres ainda que representem cerca de 4% do montante da população encarcerada, em 62 % dos casos elas respondem pelo crime do tráfico de drogas.

No contexto dos estudos empíricos sobre o tráfico de drogas no Brasil a obra de Alba Zaluar (2000) é uma referência central na abordagem sobre as amplitudes globais do tráfico, a exposição midiática e a criminalização da pobreza. Outras referências de peso foram os estudos relativos às moralidades do crime e o cruzamento entre os ilegalismos e a vida social (TELLES, 2011); os sentidos de crime, da violência e grupos organizados em termos das distinções sociais hierárquicas morro e os atores criminais nos narcomercados (GRILLO, 2008).

No caso do crack sua entrada mais visível está relacionada às análises sobre a crackcolândia em São Paulo, cujo estardalhaço midiático chamou atenção mundial para esse fenômeno. O estudo etnográfico de Tanielle Rui (2015) prima pela capacidade teórica e metodológica no mapeamento da constituição social dos “corpos abjetos” do crack. No que tange à midiatização local do crack na imprensa mineira, os trabalhos de Sena (2012) e Bruck (2013) são destaques no que tange ao processo de autonomização e demonização dessa droga.

O breve panorama do contexto acima nos levou ao início de uma pesquisa nos anos 2017/2018 em que indagávamos sobre os possíveis cruzamentos entre a perspectiva de tecnologias de gênero, proposição do campo teórico feminista (DI LAURETIS, 1987) e o sistema mídia na abordagem da participação das mulheres no tráfico de drogas. Nosso pressuposto foi do sistema midiático como um dos articuladores dos registros

representacionais e construções discursivas. Essa indagação se estendeu para a pesquisa que iniciamos neste ano de 2019 em que nossa busca é por perscrutar em que medida o jornalismo comportou e tem produzido um entrecruzamento de intenções políticas e comunicativas das normas de gênero na cobertura midiática.

Tomando uma extensão menos local da abordagem jornalística, nossas questões são postas para a imprensa brasileira de forma específica, os jornais paulistas e cariocas. Buscamos uma linha de abordagem que complemente os estudos anteriores demonstrando um recorte temporal de longa duração.

Tomamos a cobertura midiática sobre o fenômeno do crack como um dos marcos da memória sobre esse tema. desde o final dos de 1990 revela uma forte associação entre as normas de gênero e o sistema mídia, como constituidores de uma simbologia do mal? Alguns dos pressupostos guia que têm embasado esta investigação serão apresentados na seção seguinte.

Tecnologias sociais de gênero: o crack, as mulheres e o acontecimento midiático

O estudo do fenômeno do crack e as mulheres no âmbito do jornalismo toma como inspiração o enlace entre as genealogias de Foucault (2002) e abordagem sobre a memória e o futuro de Paul Ricoeur (1994). É uma proposição de análise de um fenômeno marcado pelo tempo presente através da força com que atravessa campos sociais e discursivos diversos, refletidos na sua permanência na cobertura midiática. No entanto, é um presente que se enlaça ao passado por trazer à tona um dispositivo de memória social – o acontecimento midiático.

Na pré-análise que fizemos do material até então coletado o crack tem sido publicizado ao longo dos anos 2000 como um fenômeno relativo à saúde pública ou à segurança pública, mas no seu cerne a simbologia de um mal prevalece. Mas esse fenômeno também diz respeito a um recorte específico que ao longo dos anos tem permeado o histórico recorte de gênero: as transgressões femininas. Nesse sentido, há uma atualização no reforço de uma essência não criminal ou transgressora que no encontro com o crack aponta para um fenômeno específico, um acontecimento à parte.

A leitura de Carvalho e Bruck (2018) sobre a dimensão performativa das enunciações midiáticas é uma referência importante para a nossa análise. Adotando a noção de meta

acontecimento de Rodrigues (1983) os autores fazem uma abordagem do acontecimento midiático não simplesmente como um relato, mas como efeitos de sentido que produzem e disponibilizam um novo acontecimento a partir do evento relatado. No processo de produção da enunciação há um cruzamento de regimes discursivos os mais diversos, mas que se realizam como enunciação segundo regras específicas do regime midiático.

Esse referencial nos indica que o tratamento desse fenômeno na mídia impressa toma o “encontro” crack e mulheres como um acontecimento cujo valor não é dado somente no âmbito de uma realidade que em si seria dramática. Na abordagem sobre as mulheres, não há uma existência desse fenômeno descolada do regime de enunciação que o torna público. Há um processo criativo cujos conteúdos e contornos são efeitos não do acontecimento em si, mas da performance enunciativa, que é em si um outro acontecimento.

O pressuposto aqui apresentado não é sobre ausências ou deturpações das posições de gênero nas questões relativas ao consumo e comércio de drogas. A reflexão proposta é sobre como as próprias formas de construir um argumento sobre o crack e, de forma específica, as implicações das mulheres nesse fenômeno pode nos indicar um aparato sociotécnico que reafirma as posições essencializadas sobre os sujeitos do feminino.

Considerações Finais

As desigualdades brutais que as mulheres enfrentam no Brasil têm no campo midiático tanto um espaço para a sua denúncia quanto para a sua ratificação. No âmbito da cobertura jornalística cotidiana (matérias e reportagens) sobre o fenômeno das drogas em geral, e do crack especificamente, há um vasto entrecruzamento de disputas políticas e morais entre as quais o jornalismo não se apresenta como um campo neutro.

O pressuposto aqui apresentado não é sobre ausências ou deturpações das posições de gênero nas questões relativas ao consumo e comércio de drogas. A reflexão proposta é sobre como as próprias formas de construir um argumento sobre o crack e, de forma específica as implicações das mulheres nesse fenômeno, pode nos indicar um processo discursivo que reafirma as posições essencializadas sobre a agência feminina.

Os enquadramentos midiáticos entendidos como abordagens que recortam e apresentam-se como especificidades de um cruzamento de universos de sentidos (MOUILLAUD, 1997) produzidos na e para além do campo midiático (MUTZ, 2006 APUD MAIA, 2015) também são insumos inerentes ao processo de operacionalização de uma tecnologia social de gênero, ainda que não, necessariamente racionalmente operacionalizados (SENA, 2012; 2015;2017). Esse pressuposto é fundamental para uma análise crítica da mídia e suas implicações para as relações hierárquicas de gênero.

Referências

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. 236 p.

CARVALHO, Carlos A.; BRUCK, Mohazir S. **Vazamentos como acontecimento jornalístico: notas sobre performatividade mediática de atores sociais**. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 1-20, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018: ID29713. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2018.3.29713>.

CHESNEY-LIND, M.. Women and crime: the female offender. **Journal of Women in Culture and Society**. v. 12, n. 11, 1986. Download by JUSTOR, 23 Nov. 2013, p. 78-96.

FAGAN, J. *Women and drugs revisited: Female participation in the cocaine economy*. **Journal of Drug Issues**, v. 24, Issue 1/2, Jan. 1994, Download by JUSTOR, Mar 2014, p. 179-225.

FELTRAN, G S. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo: Ed. UNESP, CEM, 2011. 360 p.

LAURETIS, T. **A tecnologia do gênero**. Indiana University Press, 1987.
Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/81873993/A-Tecnologia-do-Genero-Teresa-de-Lauretis>. Acesso em: Sept. 2013.

MAHER, L. **Sexed Work: Gender, Race and Resistance in a Brooklyn Drug Market**. Oxford University Press, 1987.

MAIA, Rousiley (coord). **Mídia e Deliberação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008

SCOTT, J. Gender: a useful category of historical analysis” in: *Gender and the politics of history*, New York, Columbia Univ. Press (ou na tradução: Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. 16 (2), jul-dez 1990, pp. 5-22.

SISTEMA INTEGRADO de INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS – InfoPen, Portal do Ministério da Justiça, Disponível em <http://portal.mj.gov.br>. Acesso 10 de dezembro de 2018.

SENA, L. L. **I Love my White: mulheres no registro do tráfico ilegal de drogas**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

_____. **O crack como fenômeno midiático: demônios e silêncios.** Revista Dispositiva, no. 2, 2012, pp.122-146

STEFFENSMEIER, D.; ALLAN, E. Gender and crime: toward a Gendered Theory of Female Offending. **Annual Reviews of Sociology**, n. 22, 1996, p. 459-487. Disponível em: WWW.annualreviews.org Acesso em: 13 maio 2014.

TELLES, V. S. Ilegalismos populares e relações de poder nas tramas da cidade. In: CABANES, Robert; GEORGES, Isabel; RIZEK, Cibele; TELLES, Vera da Silva (Org.). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

WACQUANT, L. O lugar da prisão na nova administração da pobreza. **Novos Estudos Cebrap**, n. 80, p. 9-19, 2008.